

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
MARIANA AMELIA FLAUZINO GONÇALVES

Compêndio de Direito Previdenciário

Prefácio

Ministro OG FERNANDES
Superior Tribunal de Justiça



Alteridade
Curitiba - 2018



Rua Itupava, 118 - Alto da Rua XV, CEP 80045-140 Curitiba – Paraná
Fone: (41) 3075.3238 • Email: alteridade@alteridade.com.br
www.alteridade.com.br

Conselho Editorial

Carlos Luiz Strapazzon	Jairo Enrique Herrera Pérez
Claudia Rosane Roesler	Jairo Gilberto Schäfer
Daniela Cademartori	José Antonio Savaris
Fabiano Hartmann Peixoto	Marcos Garcia Leite
Guido Aguila Grados	Luis Alberto Petit Guerra
Ingo Wolfgang Sarlet	Paulo Márcio Cruz
Isaac Reis	Zenildo Bodnar

S265

Savaris, José Antonio
Compêndio de direito previdenciário / José Antonio Savaris,
Mariana Amelia Flauzino Gonçalves – Curitiba: Alteridade
Editora, 2018.
860p.: il.; 23cm

ISBN 978-85-65782-25-8

1. Direito previdenciário. 2. Seguridade social.
3. Previdência social – Legislação. I. Gonçalves, Mariana
Amelia Flauzino. II. Título.

CDD 344.032 (22. ed)
CDU 349.3

Catálogo: M^a Isabel Schiavon Kinasz
Diagramação e Capa: Jonny M. Prochnow
Elementos gráficos Freepik.com utilizados na capa.

71232

SUMÁRIO

Siglas e Abreviaturas.....	17
INTRODUÇÃO	23

PARTE I – TRAÇOS ELEMENTARES DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 1 – SEGURIDADE SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO	27
1.1. Conceito e noções fundamentais.....	27
1.2. Fontes da seguridade social	31
1.2.1. Fontes materiais da seguridade social	31
1.2.2. Fontes formais da seguridade social.....	33
1.2.2.1. Constituição como fonte formal.....	33
1.2.2.2. Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos	34
1.2.2.3. Legislação previdenciária básica	37
1.3. Princípios constitucionais da Seguridade Social	38
1.3.1. Princípio da universalidade da cobertura e do atendimento	39
1.3.2. Princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços entre as populações urbanas e rurais	39
1.3.3. Princípio da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.....	41
1.3.4. Princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios da seguridade social.....	43
1.3.5. Princípio da administração democrática e descentralizada	44
1.3.6. Princípio da universalidade do custeio e princípio da diversidade de base de financiamento.....	45
1.3.7. Princípio da equidade na forma de participação no custeio	46
1.3.8. Princípio do equilíbrio atuarial.....	47
1.3.8.1. Princípio do financiamento suficiente à proteção social	48
1.3.8.2. Princípio da precedência do custeio à elevação de despesa	49
1.3.8.3. Equilíbrio Atuarial e a Desvinculação das Receitas Orçamentárias da União	50
1.4. Financiamento da seguridade social	51

1.5. Expressões de seguridade social: saúde, assistência e previdência social.....	55
1.5.1. O direito à saúde na Constituição	55
1.5.2. A assistência social aos necessitados	56
1.5.3. Direito à previdência social	57
1.6. Regime Geral da Previdência Social	57
1.6.1. Vedação de critérios diferenciados para concessão de aposentadoria	59
1.6.2. Garantia de valor mínimo para os benefícios que substituem o salário.....	60
1.6.3. Proteção contra o fenômeno inflacionário e reajustamento dos benefícios.....	60
1.6.4. Aposentadorias por tempo de contribuição, por idade e do professor	62
1.6.5. Contagem recíproca do tempo de contribuição.....	64
1.6.6. Contribuições dos segurados do RGPS.....	65
Capítulo 2 – DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS BENEFICIÁRIOS	69
2.1. Beneficiários do RGPS	69
2.1.1. Segurados do RGPS - Filiação e Inscrição	70
2.1.1.1. Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS	71
2.1.1.2. Classes de segurados	72
2.1.1.2.1. Segurado empregado (Lei nº 8.213/91, art. 11, I).....	73
2.1.1.2.2. Segurado empregado doméstico (Lei nº 8.213/91, art. 11, II).....	75
2.1.1.2.3. Segurado contribuinte individual (Lei nº 8.213/91, art. 11, V).....	76
2.1.1.2.4. Segurado trabalhador avulso (Lei nº 8.213/91, art. 11, VI)	77
2.1.1.2.5. Segurado especial (Lei nº 8.213/91, art. 11, VII).....	77
2.1.1.2.6. Segurado obrigatório aposentado (Lei nº 8.213/91, art. 11, § 3º).....	81
2.1.1.2.7. Segurado facultativo (Lei nº 8.213/91, art. 13).....	82
2.1.1.3. Regime contributivo dos segurados	84
2.1.1.3.1. Salário de contribuição	84
2.1.1.3.2. Contribuição previdenciária por classe de segurado.....	85
2.1.1.3.3. Sistemática de recolhimento e presunções favoráveis aos segurados.....	89
2.1.1.4. Tempo de serviço ou tempo de contribuição.....	91
2.1.1.4.1. Comprovação do tempo de serviço ou contribuição.....	93
2.1.1.4.1.1. Justificação Administrativa	94
2.1.1.4.1.2. Comprovação do tempo de trabalho rural	94
2.1.1.4.1.3. Efeitos previdenciários das decisões trabalhistas.....	96
2.1.1.5. Contagem recíproca do tempo de contribuição	96
2.1.2. Dependentes do RGPS.....	99
2.1.2.1. Qualidade de dependente do RGPS.....	100
2.1.2.2. Classes de dependentes	100
2.1.2.2.1. União estável previdenciária	103
2.1.2.2.2. Dependência econômica	104
2.1.2.2.3. Distribuição das quotas dos benefícios entre os dependentes.....	105

2.2. Prestações do Regime Geral da Previdência Social	106
2.2.1. Requisitos para concessão dos benefícios do RGPS	107
2.2.1.1. Requisitos específicos dos benefícios do RGPS	108
2.2.1.2. Primeiro requisito genérico – A qualidade de segurado	112
2.2.1.2.1. Aquisição e manutenção da qualidade de segurado	113
2.2.1.2.2. Manutenção da qualidade de segurado pela incapacidade	116
2.2.1.2.3. Manutenção da qualidade de segurado pelo exercício de atividade informal	117
2.2.1.2.4. Perda da qualidade de segurado	120
2.2.1.3. Segundo requisito genérico – A carência	121
2.2.1.3.1. Distinção entre tempo de contribuição e período de carência	124
2.2.1.3.2. Contribuições e períodos válidos para efeito de carência	125
2.2.1.3.3. Período de carência por benefício	128
2.2.1.3.4. Contagem de carência após a recuperação da qualidade de segurado	129
Capítulo 3 – DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS BENEFÍCIOS	131
3.1. Traços elementares dos benefícios previdenciários	131
3.1.1. Aposentadoria por invalidez	132
3.1.2 - Auxílio-doença	136
3.1.3. Auxílio-acidente	140
3.1.4. Aposentadoria por idade	143
3.1.5. Aposentadorias por tempo de serviço e tempo de contribuição	147
3.1.5.1. Aposentadoria por tempo de serviço (Lei nº 8.213/91, art. 52)	148
3.1.5.2. Aposentadoria por tempo de contribuição (EC 20/98, art. 9º)	149
3.1.5.3. Aposentadoria do Professor	153
3.1.5.4. Aposentadorias do segurado com deficiência	155
3.1.6. Aposentadoria especial	156
3.1.7. Salário-família	168
3.1.8. Salário-maternidade	169
3.1.9. Pensão por morte	172
3.1.10. Auxílio-reclusão	178
3.2. Serviços do Regime Geral da Previdência Social	182
3.2.1. Serviço Social	182
3.2.2. Habilitação e reabilitação profissional	183
3.3. Cálculo da renda mensal dos benefícios previdenciários	185
3.3.1. Sistemática de cálculo anterior à vigência da Lei nº 9.876/99	186
3.3.2. Sistemática de cálculo após a edição da Lei nº 9.876/99	190
3.3.2.1. Fator Previdenciário	192
3.3.2.2. Definição do salário de benefício	194
3.3.2.3. Salário de benefício e exercício de atividades concomitantes	196

3.4. Reajustamento dos benefícios	199
3.5. Disposições Diversas Relativas às Prestações	201
3.5.1. Valores não recebidos em vida pelo segurado	201
3.5.2. Impossibilidade de constrição dos benefícios previdenciários	202
3.5.2.1. Repetibilidade dos valores pagos em razão de antecipação de tutela posteriormente revogada	203
3.5.3. Disposições relativas a acidentes do trabalho	205
3.5.3.1. Caracterização do acidente do trabalho	205
3.5.3.2. Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP) e comunicação do acidente do trabalho.....	207
3.5.3.3. Ação regressiva em tema acidentário.....	208
3.5.4. Direito adquirido e a norma da condição mais benéfica	210
3.5.5. Acumulabilidade de benefícios previdenciários	212
3.5.5.1. Vedação ao recebimento conjunto de benefícios previdenciários	213
3.5.5.2. Vedação de acumulação, opção por benefício mais vantajoso e compensação de valores.....	216
3.6. Prescrição e decadência em matéria previdenciária	217
3.6.1. Disposição legislativa dos institutos	217
3.6.2. Fluência, suspensão e interrupção do prazo prescricional	218
3.6.3. Decadência do direito de revisão de benefício segundo a jurisprudência	219
3.6.4. Decadência do direito de revisão pela Administração em desfavor do beneficiário.....	222
3.6.5. Correção monetária e juros moratórios sobre os créditos previdenciários	224
3.7. Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social.....	228
3.7.1. A Assistência Social aos desamparados	228
3.7.2. Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social.....	229
3.7.2.1. Conceito de pessoa idosa	230
3.7.2.2. Conceito de pessoa com deficiência.....	231
3.7.2.3. Critérios para definição de carência familiar	232
3.8. Competência para processamento e análise das ações previdenciárias.....	235
3.8.1. Competência dos Juizados Especiais Federais.....	237
Capítulo 4 – DIREITO PREVIDENCIÁRIO EM CASOS	239
4.1. Pensão por Morte	239
CASO 01: Qualidade de segurado e comprovação de desemprego.....	240
CASO 02: Qualidade de segurado por incapacidade laboral	242
CASO 03: Benefício assistencial e direito adquirido à aposentadoria.....	244
CASO 04: Qualidade de segurado e trabalho informal.....	246
CASO 05: Comprovação de dependência econômica.....	249
CASO 06: Comprovação de união estável	250
CASO 07: Concubinato impuro	252

CASO 08: Ex-cônjuge que dispensa alimentos	254
CASO 09: Filho com invalidez após 21 anos de idade	256
CASO 10: Menor sob guarda	257
CASO 11: Marido não inválido e óbito anterior à CF/88.....	259
4.2. Auxílio-Reclusão.....	260
CASO 12: Critério de baixa renda e necessidade econômica dos dependentes	260
CASO 13: Critério de baixa renda no caso de segurado desempregado	263
CASO 14: Termo inicial do benefício para dependente incapaz	264
4.3. Benefícios por Incapacidade Laboral.....	266
CASO 15: Comprovação da incapacidade para o trabalho	266
CASO 16: Doença ou lesão preexistente à filiação	267
CASO 17: Início da incapacidade anterior à perda da qualidade de segurado	268
CASO 18: Continuidade da incapacidade após cessação administrativa	269
CASO 19: Incapacidade após cessação administrativa e conversão em invalidez.....	270
CASO 20: Conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez	271
4.4. Aposentadorias por Idade.....	272
CASO 21: Aposentadoria por idade sem a qualidade de segurado	272
CASO 22: Carência do ano do implemento das condições e não do requerimento	273
CASO 23: Carência do ano do implemento do requisito etário, mesmo sem carência	274
CASO 24: Carência e tempo em gozo de benefício por incapacidade	276
CASO 25: Carência e tempo de trabalho do empregado doméstico	278
CASO 26: Carência e trabalho informal não reconhecido.....	279
CASO 27: Aposentadoria rural por idade e comprovação da atividade.....	281
CASO 28: Condição de segurado especial e trabalho urbano de cônjuge	282
CASO 29: Trabalho rural no período imediatamente anterior ao requerimento.....	285
CASO 30: Aposentadoria por idade híbrida	287
4.5. Aposentadoria por Tempo de Serviço ou Contribuição	290
CASO 31: Reconhecimento judicial de tempo faltante ao benefício.....	290
CASO 32: Conversão de tempo de magistério em tempo comum	292
CASO 33: Aluno-aprendiz em escola pública federal	293
CASO 34: Trabalho rural anterior à Lei nº 8.213/91 e carência.....	295
CASO 35: Efeitos previdenciários do trabalho com idade inferior ao limite.....	296
CASO 36: Atividade especial do servidor público ex-celetista.....	297
CASO 37: Forma de indenização do tempo rural para contagem recíproca	299
4.6. Aposentadoria Especial	301
CASO 38: Atividade perigosa exercida após a vigência do Decreto nº 2.172/97	301
CASO 39: Aposentadoria especial e contribuinte individual	302
CASO 40: Atividade especial exercida com exposição à sílica	305

CASO 41: Atividade especial exercida com exposição a asbesto/amianto.....	307
CASO 42: Aposentadoria especial e utilização de EPI eficaz.....	308
CASO 43: Atividade especial e exigibilidade de permanência da exposição a agentes nocivos	310
CASO 44: Aposentadoria especial e conversão de tempo de serviço comum em especial.....	312
4.7. Auxílio-Acidente	313
CASO 45: Acumulação de auxílio-acidente e aposentadoria.....	313
CASO 46: Direito do segurado empregado em condição de desemprego	315
CASO 47: Direito no caso de lesão mínima	316
4.8. Salário-Maternidade	317
CASO 48: Direito da segurada empregada em condição de desemprego	317
CASO 49: Segurada com idade inferior ao limite constitucional para o trabalho	318
CASO 50: Adoção pelo segurado do sexo masculino	320
4.9. Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social	321
CASO 51: Renda superior ao limite legal e comprovação de necessidade	321
CASO 52: Exclusão de benefícios de um salário-mínimo	322
CASO 53: Estrangeiro residente no País	323
CASO 54: Comprovação da condição de deficiência	324
4.10. Revisões de Benefício Previdenciário.....	326
CASO 55: Aposentadoria proporcional e tempo não reconhecido pelo INSS	326
CASO 56: Aposentadoria integral e tempo não reconhecido pelo INSS	327
CASO 57: Correção dos salários-de-contribuição constantes do CNIS.....	328
CASO 58: Tempo rural e coeficiente de aposentadoria por idade.....	329
CASO 59: Retroação da DIB da pensão por morte	331
CASO 60: DIB da pensão por morte devida ao menor incapaz.....	333
CASO 61: Correção dos Salários-de-contribuição pela OTN/ORTN	334
CASO 62: Correção dos Salários-de-contribuição pelo IRSM em 02/1994	335
CASO 63: Revisão do artigo 29, § 5º.	336
CASO 64: Desaposentação	337
CASO 65: Direito ao benefício mais vantajoso (melhor benefício)	338
CASO 66: Salários-de-contribuição anteriores a 07/1994 e divisor mínimo - Lei nº 9.876/99	341
CASO 67: Opção pela regra definitiva quando a transitória é mais gravosa	344
CASO 68: Revisão pelos tetos das Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03	346
CASO 69: Revisão do art. 29, II.	347
CASO 70: Aplicação imediata dos critérios de cálculo aos benefícios anteriores	348
CASO 71: Não aplicação do fator previdenciário na aposentadoria do professor.....	349
CASO 72: Acréscimo de 25% às aposentadorias espontâneas.....	351

PARTE II – LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ANOTADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	355
Emenda Constitucional nº 20, de 15 de Dezembro de 1998	415
Emenda Constitucional nº 41, de 19 de Dezembro de 2003	420
LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991	425
LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991	485
LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993	649
LEI Nº 9.876, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1999	675
LEI Nº 10.666, DE 8 DE MAIO DE 2003.....	681
LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 8 DE MAIO DE 2013.....	687
REFERÊNCIAS.....	689

ANEXOS

REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	693
Anexos do Regulamento da Previdência Social.....	770
PORTARIA INTERMINISTERIAL MTE/MS/MPS Nº 9/2014	781
SÚMULAS EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA	799
TESES DE CASOS REPETITIVOS DO STF EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA	815
TESES DE CASOS REPETITIVOS DO STJ EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA.....	825
LISTA DE SIGLAS DO INSS	837
ESPÉCIES DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA	841
VALOR LIMITE PARA DIREITO AO AUXÍLIO-RECLUSÃO	845
HISTÓRICO DO VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO E TETO PARA CONTRIBUIÇÃO....	847
CÓDIGOS DE RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (GPS)	849
ÍNDICE REMISSIVO.....	853